

Impacto da ajuda internacional em Maputo: Contributo para uma racionalidade *micro*

Mário Ribeiro¹

Resumo

Em África o processo de concentração urbana não deriva directamente do crescimento económico, antes vai a par com a marginalização do continente na economia internacional, com a degradação económica e política na maioria dos países subsaharianos, com políticas desajustadas, cujos efeitos são agravados por guerras e catástrofes naturais.

No que se refere à eficácia da ajuda internacional, a teoria subjacente aos estudos empíricos *cross-country*, realizados até meados da década de 90 é o modelo de crescimento de Harrod-Domar para uma economia aberta. Este modelo é objecto de várias críticas das quais se destaca a assunção de que a fonte de crescimento económico é a acumulação de capital físico, quando os posteriores desenvolvimentos teóricos sugerem outras fontes de crescimento que não apenas aquela. O que os avanços na teoria do crescimento nos sugerem é que o crescimento económico resulta da acumulação de factores de produção, tais como, capital físico (através de investimento) e capital humano (através de níveis de educação e de saúde mais elevados na população) e de aumentos de eficiência com que estes *inputs* são utilizados.

¹ Doutorando em Estudos Africanos do ISCTE

Mas o debate sobre o impacto de ajuda integra uma outra componente centrada na dimensão *micro* assumindo duas perspectivas de abordagem: a micro-económica (*'contextual' approach*) e a micro-societal (*'instrumental' approach*). Quanto ao primeiro aspecto, alguns autores apontaram, com base em estudos empíricos, a avaliação económica de projectos de desenvolvimento como prova de evidência dos efeitos da ajuda. Quanto ao segundo aspecto, o impacto micro-societal, ele remete-nos para o estudo dos processos de desenvolvimento enquanto *fenómeno social*. A comunicação centra-se nestas duas abordagens, perspectivada em contexto urbano (cidade de Maputo), como *terreno de confluência* de duas grandes problemáticas que relacionam (i) o impacto micro-económico e a redução da pobreza e (ii) o impacto micro-societal e as estratégias de actores.

.....

1. A “questão urbana” em África

Em África e ao contrário do que se passou na Europa, o processo de concentração urbana não deriva directamente do crescimento económico, antes vai a par com a marginalização do continente na economia internacional, com a degradação económica e política na maioria dos países sub-saharianos, com políticas de desenvolvimento desajustadas, cujos efeitos são agravados por guerras e catástrofes naturais. Neste contexto, a concentração urbana acelerada é simultaneamente causa e efeito da pobreza. As economias urbanas, quer nos países em desenvolvimento quer nos países industrializados são centros, onde se concentram capital, trabalho, mercado e tecnologia. As cidades enquanto “centros de energia e produção económica” têm hoje entre si, qualquer que seja o país do mundo, muitas similitudes. Apesar dessas semelhanças poderem ser obscurecidas por diferenças óbvias que têm a ver com dimensão, riqueza, infra-estruturas, etc, elas revelam que a urbanização é um fenómeno universal inerente ao desenvolvimento económico. De acordo com o Banco Mundial, os constrangimentos que restringem a produtividade urbana centram-se nas deficientes infra-estruturas, num inadequado quadro de regulação, nas fracas estruturas municipais e num desajustado sistema de finanças locais (World Bank, 1991). A cidade é um complexo mecanismo socio-económico que necessita de um eficiente afectação de recursos e uma coordenação de acções.

Nas últimas décadas, apesar da sua posição marginal na economia mundial e de todas as dificuldades sentidas desde os anos 70, o processo de urbanização em África tem-se intensificado. Por volta de 1990 estimava-se que 1/3 da população de África estava urbanizada comparativamente a 1975 a que correspondia então 1/4 daquele total (Rakodi, 1997). A taxa de crescimento da urbanização era a mesma que nos anos 80, ou seja 5% ao ano. Nos anos 90, a taxa de crescimento nas regiões menos urbanizadas (África Ocidental e Oriental) estava acima do valor médio do continente, enquanto nas regiões mais urbanizadas (Sul e África do Norte) esse valor era inferior (id:).

Nos anos 70 havia 8 cidades em África com 1 milhão de habitantes ou mais e em 1990, estima-se que fossem 24 em 18 países (UN, 1993).

Todas as tentativas para fazer parar o processo de crescimento urbano pela força resultaram infrutíferas e muitos programas, quer dos governos quer dos doadores, para fixar as populações no campo não resultaram. Os programas que elevam o grau de qualificação da população, quer profissional quer educativo, parecem promover o exôdo rural e a tendência global parece ser para que 70-80% da população africana se urbanize.

Mas, se por um lado, o rápido crescimento das cidades está associado, nos países pobres, a sérios problemas (ausência de planeamento urbano, infra-estruturas e más condições ambientais, etc.), por outro, é hoje assumido que as migrações sustentam-se em escolhas racionais e para um grande número de pessoas a urbanização deve ser entendido como uma “opção de uma vida melhor”. Em conclusão, nos países em desenvolvimento, o processo de urbanização acelerado é um dado incontornável e a questão relevante que é formulada é o modo de aliviar os inevitáveis problemas.

2. Como é que a ajuda internacional tem enfrentado esta problemática?

A primeira razão para justificar a presença da ajuda externa em contexto urbana decorre da explicitação anterior, isto é, do facto dos países em desenvolvimento se estarem a tornar, cada vez mais, como países com um forte sector urbano. Apesar disso, e embora muitos projectos de ajuda estejam concentrados nas zonas urbanas, são ainda poucos os beneficiários dos seus efeitos justificado pelo baixo volume de ajuda internacional dirigida explicitamente para as populações urbanas. A segunda razão é a pobreza. A

pobreza urbana é uma questão em debate pelas suas especificidades e merece um tratamento autónomo. A terceira razão é de carácter ambiental. As áreas urbanas são centros de maior poluição bem como consumidores de energia e recursos naturais. Uma estratégia que construa capacidades locais em termos ambientais é o objectivo da ajuda neste domínio. A quarta razão tem a ver com a economia urbana e o impacto económico da ajuda quer ao nível macro quer micro. Dois terços do PIB é criado nos maiores centros urbanos. A infra-estrutura urbana, o planeamento, o uso da terra e a governação local têm um grande impacto na economia urbana e conseqüentemente no desenvolvimento económico do país. Por último, a quinta razão está relacionada com o impacto societal da ajuda e com os actores (sociais, locais, doadores internacionais) que intervêm na “malha” urbana construindo novas propostas e formas organizativas.

Desta enumeração de factores, ressaltam alguns aspectos que representam três grandes eixos de análise da ajuda em contexto urbano: (i) a redução da pobreza urbana; (ii) o desenvolvimento e a qualidade do ambiente urbano e (iii) a dinâmica dos actores sociais. Estas três dimensões não estão em oposição mas sim estão interligados e apoiam-se mutuamente. O crescimento económico é necessário mas não é suficiente para garantir a melhoria das condições de vida. A geração dos rendimentos das famílias através do auto-emprego e das micro-empresas do sector informal são um meio para reduzir a pobreza e um contributo para o desenvolvimento económico. Os investimentos nas infra-estruturas e a melhorias dos serviços básicos podem beneficiar tanto a pobreza como o ambiente e muitas vezes reduzir os custos de produção da indústria, do comércio e do sector dos serviços. Quanto às dinâmicas dos actores, elas enquadram-se no processo de democratização das sociedades e de promoção da cidadania e de emergência da sociedade civil, num momento de crescimento acelerado das cidades que é simultâneo com a diminuição da função reguladora do Estado, no quadro das políticas económicas liberais e da privatização dos diversos sectores da sociedade. Os actores externos (p.e., ONG internacionais) ao centrarem-se no apoio às estruturas municipais podem promover o desenvolvimento societal e institucional, estimulando a criação e o fortalecimento de capacitações (*capacity building*), que melhoram as condições de vida urbana e peri-urbana e a própria sustentabilidade dos projectos.

3. O contexto urbano em Maputo

Em Moçambique, em virtude das políticas seguidas ao longo do último quartel, o país sofreu um grande impacto nas áreas urbanas. Em 1980, Maputo era a maior cidade com 770 mil habitantes, seguida da Beira (228 mil) e Nampula (158mil); no fim da década a capital detinha 2.2 milhões de habitantes e o país tinha passado de 12 para 23 áreas consideradas como espaço urbano. Segundo os dados disponíveis, a ajuda externa encontra nestas zonas uma das suas principais áreas de concentração e em 1996 as províncias de Maputo (43%) e de Tete (23%) obtiveram o maior volume de fluxos financeiros, seguidas de Sofala (11%), Nampula (6.4%) e Manica (6.3%) (ECON, 1998).

No que se refere a Maputo, cidade onde se localiza este trabalho, observa-se uma notória aceleração do crescimento urbano a partir dos anos 80. Com efeito, em 1960, apenas cerca de 4% da população vivia nas áreas urbanas, em 1980 são de 8.6% e em 1991 eram já 27%, prevendo-se que 41% da população resida em meio urbano nos primeiros anos do século XXI. Refira-se que em 1998, 90% da população urbana de Moçambique vivia nas zonas suburbanas, locais onde é maior a falta dos serviços básicos, baixando, no entanto, essa percentagem para 80% em Maputo (Oppenheimer, Quintela, Raposo, 1998). Com um crescimento em curso desde 1950, a capital moçambicana viu acelerar esse processo a partir dos anos 80 para o que concorreram vários factores internos: (i) a intensificação e o alastramento da guerra civil a todo o país deslocando centenas de milhares de refugiados de guerra; (ii) o acentuar da crise económica no meio rural resultante da política de desenvolvimento rural então seguida baseada no aldeamento forçado; (iii) as secas e inundações cíclicas e, (iv) o início dos programas de ajustamento estrutural que se prolongaram após o Acordo Geral de Paz de 1992. Esta situação levou ao aumento dramático da pobreza em Maputo para a qual a resposta assentou quer em políticas governamentais de combate à pobreza quer na cooperação internacional, fornecida pelos parceiros bilaterais e multilaterais e pelas ONGD do Norte.

4. A ajuda internacional em Maputo: o actor ONG2

As ONG constituem um facto social e um novo actor incontornável do desenvolvimento urbano de Maputo. Foi a constatação após o trabalho de campo realizado em 1999 e 2002. Por um lado, os problemas da cidade têm-se complexificado com o seu crescimento acelerado e com a diminuição da função reguladora do Estado, no quadro das políticas económicas liberais e da privatização dos diversos sectores de actividade. Em consequência, assiste-se a uma maior segregação sócio-espacial e à pauperização de grande percentagem de cidadãos, requerendo maior investimento e investidores no seu (des)envolvimento. Esta realidade depara-se, todavia, com um Estado menos interventivo e com um sector privado com fins lucrativos em ascensão mas pouco interessado na saída da precariedade daqueles que embora atraídos são excluídos do processo de globalização económica liberal. Por outro lado, a democratização política em curso nestes países concorre para a emergência da sociedade civil. Ao mesmo tempo, o crescente interesse dos doadores internacionais pelas organizações cívicas, estrangeiras e nacionais, favorecem a entrada em cena destes novos actores não governamentais (ONG, congregações religiosas, associações).

Face à intervenção crescente das ONG, enquanto actores da cooperação internacional, coloca-se a questão da avaliação do seu desempenho (ODI, 1996), a qual tende a passar da óptica custo-benefício para privilegiar o desenvolvimento sustentável (socioeconómico, institucional e ambiental) e a relevância política. Foi neste sentido que nos interessou contribuir para a reflexão sobre o papel das ONG em Maputo, tentando perceber em que medida conseguem ir para além de acções de carácter paliativo, assistencial, de reparação marginal de políticas macro-económicas segregativas, e logram colaborar num desenvolvimento urbano mais sustentável, integrado e alternativo.

Para avaliar como intervêm as ONG, à luz desta questão, procurámos identificar quem são e como funcionam estes actores, quais os aspectos críticos e favoráveis a uma actuação visando a emancipação das populações beneficiárias. Nos três níveis de

2 Adaptado de “As ONG, um novo actor do desenvolvimento urbano em Luanda e Maputo”, (Relatório Síntese, cap.VII), em co-autoria com Isabel Raposo, no âmbito do projecto “*Urbanização acelerada em Luanda e Maputo. Impacto da guerra e das transformações socio-económicas (décadas 80 e 90)*”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

intervenção considerados — melhoria das condições de vida nas áreas peri-urbanas, capacitação das instituições públicas, envolvimento das comunidades —, os efeitos das ONG são variáveis em função das motivações e lógicas dos seus dirigentes e membros, do seu desempenho enquanto instituição, da relação de dependência ou da autonomia em relação a decisores e financiadores, da distância crítica em relação a políticas nacionais e internacionais, ou da sua instrumentalização por estas, da interacção com as autoridades locais e as populações, dos critérios de escolha da área ou do tema de intervenção.

O carácter individualista das ONG determina uma tendência para acções pequenas e pontuais, descoordenadas, em áreas escolhidas muitas vezes em função de critérios alheios à intensidade das carências nas periferias urbanas. Os bairros de (re)assentamento constituem uma ocasião de uma intervenção em parceria conducente a uma maior sinergia apesar dos inevitáveis conflitos entre diferentes interesses dos vários intervenientes (AMDU,1999). Ao nível da melhoria das condições habitacionais, para além das intervenções na educação/formação profissional, saúde, abastecimento de água, saneamento básico e, mais recentemente na habitação, o micro-crédito tem vindo a interessar um número crescente de ONG, abrangendo em particular as actividades do chamado sector informal (MEDA,s.d.). Todos estes âmbitos apenas permitem acções de pequena escala possíveis de ser empreendidas pelas ONG (Ribeiro; Cunha, 2001).

Embora as acções de cada ONG, nos diferentes domínios, permaneçam em geral limitadas e dispersas, no seu conjunto desempenham um papel crescente não apenas na ajuda humanitária mas também no desenvolvimento social e na defesa dos direitos humanos, constituindo um actor interventivo no terreno que não é possível ignorar nem simplesmente criticar e que os governos têm vindo a aceitar. Algumas vezes propõem formas de produção e circulação da informação, de coordenação, articulação e potenciação das acções com vista a superar as actuais fraquezas.

As organizações não governamentais internacionais, que tendem genericamente a exaltar o papel das organizações cívicas no desenvolvimento, defendem a sua capacitação em detrimento das instituições públicas mais marcadas pelo peso institucional, pela burocracia, pela falta de transparência e pela corrupção. Esta lógica, para além de contribuir para o enfraquecimento da capacidade de resposta do Estado também não favorece a articulação entre umas e outras instituições. Esta difícil relação, os conflitos, a falta de diálogo, a desconfiança que tem prevalecido entre as instituições

públicas locais e as ONG dificultam o sucesso das suas acções. Para o contrariar, algumas instituições têm-se vindo a interessar pela procura de estratégias de concertação e certas ONG com maiores recursos começaram mesmo a investir no reforço institucional e de capacitação dos serviços ou dos órgãos de poder local (CARE Internacional, 2000).

O envolvimento das comunidades nas acções desencadeadas pelas ONG (ESSOR, 2001), a promoção das organizações comunitárias de base, a consolidação de antigas e novas formas de solidariedade e associação ao nível local, são hoje vistos pelo discurso dominante, reproduzido pelas ONG, como uma condição de sustentabilidade dos projectos. Todavia, a sua implementação requer um trabalho persistente, a utilização de metodologias apropriadas, uma interacção estreita e a construção de parcerias com as populações, que estão longe de prevalecerem.

As ONG têm oscilado entre acções paliativas, assistenciais, reprodutoras da estrutura social, local e internacional e intervenções mais sustentáveis, de carácter emancipatório, verdadeiras alternativas visando o desenvolvimento integrado das comunidades locais, a sua conscientização, o reforço da sua capacidade de negociação e de reivindicação. Esta segunda tendência ainda minoritária assenta na reabilitação do político ao nível local e converge para a construção de um Estado democrático de direito e de uma sociedade civil esclarecida e actuante, ou seja de uma cidadania universalista assente na capacidade dos cidadãos reivindicarem os seus direitos sociais.

5. O impacto da ajuda: abordagens

O debate actual sobre o impacto da ajuda contempla dois principais vectores de análise. O primeiro, centrado nos estudos empíricos sobre os efeitos macro-económicos da ajuda, assentando em metodologias econométricas com dados *cross-country* e cujas conclusões têm sido, no mínimo, ambíguas e pouco coincidentes; a literatura empírica sobre os efeitos da ajuda no crescimento dos PVD inicia-se nos anos 60 e desde então permanece no centro das investigações de muitos autores e instituições internacionais. Este tema tem sido abordado a partir de diferentes perspectivas e posicionamentos políticos e ideológicos que resulta no *continuum* da validação das análises de regressão que suportam os estudos de diferentes países (*cross-country*) ou em estudos de caso de um único país (*cross-section*). No que se refere ao segundo vector, objecto central desta

comunicação, centra-se na dimensão *micro* assumindo duas perspectivas de abordagem: (i) a micro-económica, que se debruça sobre a análise da *performance* das “individual donor-financed operations” e dos “country-wide programs”, com o objectivo de identificar o contributo económico na qualidade dos projectos de investimento e na dimensão do fluxo de recursos, e (ii) a micro-societal, de carácter macro-social e transdisciplinar, observando quer a qualidade dos efeitos da ajuda externa nas estratégias e nas condutas dos actores e/ou dos grupos sociais e suas interacções quer os impactos em diferentes domínios, como o sócio-cultural, o institucional, o ambiental e outros.

Quanto ao primeiro aspecto, alguns autores (Cassen, 1994 e Ridell, 1987) apontaram, com base em estudos empíricos, a avaliação económica de projectos de desenvolvimento como prova de evidência dos efeitos da ajuda. Nos anos 70, a cooperação internacional desenvolvida quer pelos países doadores quer pelas organizações multilaterais apoiou-se, para fins avaliativos, naquilo que se convencionou chamar as “avaliações económicas e financeiras de projectos” sendo diversa a literatura publicada sobre essa matéria.

Quanto ao segundo aspecto, o impacto micro-societal, ele remete-nos para o estudo dos processos de desenvolvimento enquanto *fenómeno social*, que se traduzem na análise do conjunto de práticas sociais dos actores intervenientes naquelas dinâmicas (Sardin, 1995). Para este autor, o desenvolvimento faz intervir múltiplos actores sociais e a sua construção resulta dessas múltiplas interacções (entre “desenvolvedores” e “desenvolvidos”) de modo a tornar explícito as estratégias, as incompatibilidades e as *multiracionalidades* dos actores provenientes de espaços diferentes e com interesses diferenciados (id:). Esta perspectiva integra aquilo que é hoje denominado por “estudos de impacto” que se apoiam numa combinatória de técnicas qualitativas e quantitativas, configurando uma metodologia marcada pela fluidez das fronteiras disciplinares.

6. Contributos para uma racionalidade *micro* da ajuda

Algumas reflexões/contributos para o debate sobre a análise do impacto da ajuda ao nível *micro*:

- A racionalidade do impacto micro da ajuda assenta num instrumental teórico transdisciplinar onde prevalecem as questões micro-económicas e macro-sociais. Na perspectiva da microeconomia (que na sua origem tem subjacente o conceito hedonista do "agente económico"), esta disciplina transporta-nos, hoje, para a emergência de novos fenómenos que integram a problemática da ajuda, nomeadamente o micro-crédito e as suas instituições e o papel de novos agentes económicos (pequenas empresas, famílias, ONG) e a sua relevância no desempenho dos problemas da redução da pobreza (Roland-Holst e Tarp, 2002). No caso de África, com refere Hugon (1999), os comportamentos micro-económicos não conduzem aos resultados esperados pela economia ortodoxa, respondendo os agentes, muitas vezes, menos a incentivos dos preços do que a normas o que se traduz em comportamentos atípicos ao nível do consumo, da despesa e dos rendimento das famílias. Compatibilizar a racionalidade (teórica) micro-económica com as lógicas sócio-culturais de minimização de riscos que caracterizam os agentes africanos ultrapassa a "racionalidade substancial" (id:85), perspectivando-se a realidade social como resultado de uma (re)criação permanente dos actores que interpretam e actualizam constantemente as regras, as normas e os procedimentos. Do ponto de vista macro-social, a "estratégia de actores" centra-se nas componentes de negociação e de implementação da condicionalidade e dos problemas de credibilização e compromissos que são levantados entre doadores e receptores que ao interagirem com o factor "ajuda" desencadeiam, ao nível micro-societal, novas dinâmicas as quais representam uma componente qualitativa da problemática da eficácia da ajuda. Essas dinâmicas interacionistas que colocam as relações interindividuais no centro das análises e tomam como principais vectores a acção colectiva, a mobilização e a mudança social consideram a *interacção* social como um processo dinâmico e formador prevalecendo a flexibilidade de comportamentos e a capacidade de invenção e a heterogeneidade dos actores (Sardin, 1995).
- Uma questão percorre transversalmente todos os estudos *aid impact* referenciados como pioneiros desta problemática: a noção de impacto. Alguns autores (Hopkins (1995) e Oakley et al., 1998) têm abordado este conceito que é normalmente visto como o último elo de uma cadeia (*input – output – outcome – impact*). Impacto é muitas vezes definido como o longo-prazo, ou seja, as

mudanças sustentáveis introduzidas por uma intervenção que podem ser detectáveis num período suficientemente longo após o final de um projecto. Considerando que os efeitos são de causa imediata, os impactos prolongam-se no tempo e projectam-se num horizonte temático muito diferenciado onde sobressaem um conjunto de consequências esperadas e não esperadas. Na avaliação do impacto, as primeiras formulações têm a ver com a extensão (qualitativa) da mudança ocorrida pela acção de um actor interno ou externo (governo, ONGD, empresa privada, etc) com as populações-alvo. A primeira constatação é como encontrar um *meio de prova* que certifique esse impacto. Existem muitos factores em jogo, não sendo sustentável que a avaliação do impacto assente apenas numa relação causa-efeito mas sim numa conjugação *multifactorial* que avalie a nova situação e a confronte com a realidade existente a quando do início da intervenção (os chamados *before/after* e *with/without*)³.

- O impacto sobre a capacitação institucional. O fortalecimento das instituições passou a constar, de uma forma consensual, a partir dos anos 90 (apesar da prudência de alguns autores) como parâmetro de análise do impacto da ajuda externa no desenvolvimento sustentável e na redução da pobreza. Segundo Johannes Jutting (2003) a análise da literatura sobre impacto das instituições nos resultados do desenvolvimento mostra que o ambiente institucional tanto pode impulsionar esses resultados como ser um obstáculo, sendo que aquele processo depende não só da qualidade da estrutura institucional em si, como também de factores com a estrutura local e os interesses e comportamento dos actores envolvidos. No caso de Maputo os exemplos, a este respeito, são visíveis em projectos de algumas ONG estrangeiras em bairros da periferia da cidade. Recorrendo a Dunham (2002), trata-se de alargar o fortalecimento institucional a redes sociais e organizações participativas que estimulam fluxos de informação, promovendo a competição e acelerando a adopção de normas e valores funcionais ao desenvolvimento do mercado. O impacto resultaria assim mais de

³ Esta metodologia é tratada em alguns relatórios de avaliação do impacto como é o caso do “Etude Synthetique des Evaluations ONG: Methodologie et Impact des Actions”, publicado em 1997 pelo CAD/OCDE e pelo Governo da Finlândia onde se recomenda o “uso de prudência” antes de operar uma generalização sobre os impactos das acções de desenvolvimento das ONG, dadas as diferenças constatadas nos estudos dos respectivos promotores (países doadores e ONG). Nesta linha de abordagem são também tratadas as questões da “participação” e da “sustentabilidade” do projecto “Kibondo Development Project”, um estudo de impacto promovido pela DANIDA e por ONG dinamarquesas.

um exercício de inovação social, em lugar de uma melhoria institucional meramente técnica.

Bibliografia citada

AMDU (1999) — “Desenvolvimento participativo e gestão urbana ‘Pfuka Bzixile’”, in ACEP, *As ONG dos PALOP como parceiras na luta contra a pobreza* (actas do seminário organizado pela ACEP de 30 de Setembro a 1 de Outubro), Lisboa, pp. 39-49.

CARE Internacional em Moçambique (12/12/2000) – “Síntese da 19ª reunião das ONG’s que operam no município de Maputo”, Maputo (dactilografado).

CASSEN, R. and Associates (1994) - *Does Aid Work? Report to an Intergovernmental Task Force*, 2ª edition, Oxford, Oxford Clarendon Press

DUNHAM, D.,(2003) – *Reforms and Institutional Change: on the Dynamics of Failure*, Institute of Social Studies, The Hague

(http://www.grc-exchange.org/email_update/email_oct03.html)

ECON-Centre for Economic Analysis (1998) – Donor Coordination in Mozambique: Background Report. Maputo

ESSOR (Out. 2001) — *Programa integrado de desenvolvimento em 6 bairros carentes da cidade de Maputo (relatório de actividades, ano 1)*, ESSOR, Maputo (policopiado).

HOPKINS, Raul (1995) - *Impact Assessment: Overview and Methods of Application*, Oxfam and Novib Research programme on Impact Assessment, Mimeo

HUGON, Phillipe (1999) – *Economia em África*, Lisboa, Editora Vulgata

JUTTING, J. (2003) - *Institutions and Development: A Critical Review*, Technical Papers no.210, OCDE Development Centre

(<http://www.oecd.org/dataoecd/19/63/4536968.pdf>)

MEDA (s.d.) — *Progress Report for AUSAID on the Activities of the Mozambique Microfinance Programme of the Mennonite Economic Development Associates (MEDA)*, (s.l.).

OAKLEY ET AL., (1998) - *Outcomes and Impact: Evaluating Change in Social Development*. Oxford: INTRAC

OPPENHEIMER, J.;QUINTELA, J.; RAPOSO, I. (1998) – A cooperação direccionada para os grupos vulneráveis no contexto da concentração urbana acelerada em Luanda e Maputo (1ª fase), Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Policopiado, Lisboa.

OPPENHEIMER, Jochen; RAPOSO, Isabel (2002) — *A pobreza em Maputo*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Departamento de Cooperação, Lisboa (edição revista de relatório concluído em Fevereiro de 2000).

ODI-OVERSEAS DEVELOPMENT INSTITUTE (1996) — *The Impact of NGO Development Projects*, ODI, Briefing Paper (2).

(www.odi.org.uk/publications/briefing/2_96.html)

RAKODI, Carole (1997) – “Global forces, urban change and urban management in Africa” in Carole Rakodi (ed.) *The Urban Challenge in Africa*, United Nations, University Press, pp.17-72

RIBEIRO, Mário; CUNHA, Nuno (2001) — “Gestão urbana e microcrédito em Maputo”, in *Cadernos de Estudos Africanos n° 1*, CEA/ISCTE, Lisboa, pp. 85-97.

RIDELL, R. (1987) - *Foreign Aid Reconsidered*, London, James Curry

ROLAND-HOLST, DAVID; TARP, FINN (2002) - New Perspectives on Aid Effectiveness

([www.wbin0018.worldbank.org/eurup/web.nsf/Pages/Paper+by+Finn+Tarp+1/\\$File/Tarp+1.PDF](http://www.wbin0018.worldbank.org/eurup/web.nsf/Pages/Paper+by+Finn+Tarp+1/$File/Tarp+1.PDF))

SARDIN, JP Olivier (1995) - *Antropologie et développement. Essai en Socio-Anthropologie du changement social*, Paris, APAD et Karthala.

UN (1993) – World Urbanization Prospects: The 1992 Revision, United Nations Department of Economic and Social Information and Policy Analysis, New York.

WORLD BANK (1991), - *Urban Policy and Economic Development: An Agenda for the 1990s*. World Bank, Washington D.C.